

Política e economia da cultura: uma proposta de análise a partir das despesas públicas

*Tiago Costa Martins**
*Victor da Silva Oliveira***

Resumo

Na atualidade a transversalidade da cultura sugere uma visão recursiva que permeia os aspectos sociais, econômicos e políticos, que relacionam elementos simbólicos e materiais da vida social. No que tange aos fatores econômicos e políticos há de se destacar uma ênfase ao conhecimento como vetor dos territórios. No campo da pesquisa ocorre uma crescente demanda em encontrar respostas a essa transversalidade que envolve a produção cultural. Nessa conjuntura, a proposta deste estudo é discutir as alternativas de análise sobre a política e a economia no campo cultural. A partir das despesas públicas municipais disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, elucida-se uma possível metodologia de estudo da relação entre políticas públicas e economia na cultura. Conclusivamente expõem-se uma série de variáveis, tais como a natureza do credor, o tipo de produto (bens ou serviços), o domínio cultural da despesa (música, artes). Através das informações coligidas do município de São Borja, demonstram-se como estas podem ser utilizadas na compreensão da produção cultural.

Palavras-chave: Produção cultural. Municípios. Domínios culturais.

Introdução

Ao destacar a cultura e sua constante definição e aplicação no decorrer dos tempos, Néstor García Canclini (2009) menciona que é possível identificar mais de vinte definições para o termo ao longo da história social. No entanto, Hall (1997) ao abordar a centralidade que o vocábulo adquire na contemporaneidade sugere uma importância singular que permeia o macro e o microcosmo da vida social. A cultura já não é um elemento residual ou de apêndice, mas uma ação substantiva – lugar da cultura na estrutura real e nas atividades, instituições e relações – e epistemológico – usada para transformar nossa compreensão e modelos teóricos do mundo.

George Yúdice (2004), ao sugerir que a cultura já não pode ser pensada somente como uma condição antropológica, ou como alta cultura, ou cultura de massa, mas como uma ação recursiva, propõe uma visão transversal: recurso econômico; recurso social (principalmente de inclusão); recurso político. Assim, é possível mencionar uma cultura, ou uma produção cultural, em diversos momentos da vida social.

A cultura no campo econômico parece ser bem expressa nas noções e aplicações das políticas, do Estado e do mercado, em torno da “economia baseada no conhecimento”. Há uma profunda aplicação econômica direcionada aos processos produtivos de bens culturais e simbólicos. E, por essa ordem, um enquadramento da cultura nos processos competitivos e concorrenciais. Isso pode ser visto quando é utilizada dentro de um escopo de estratégias de desenvolvimento, como o territorial. A tensão estabelecida, por exemplo, com a globalização sugere ou impõe o uso de elementos competitivos organizados em torno da cultura. No entanto, tal como em outras áreas econômicas, nem sempre o mercado é o agente principal do processo. Ou seja, no setor cultural o consumo nem sempre pode ser considerado como o elemento-chave da produção cultural, mesmo porque a cultura apresenta características peculiares enquanto bem, no sentido econômico do termo. Nesse sentido, as demais atividades do processo, produção e distribuição de bens e serviços culturais, em

muitos casos são mantidas, organizadas e estruturadas pela ação do Estado.

O processo intervencionista do Estado exerce inúmeras ações no campo da produção cultural. Segundo Yúdice (2004), pode-se falar em ações com fins estritamente cognitivos, tais como aquelas que procuram enfatizar elementos identitários e de pertencimento, ou aquelas estratégicas dentro da ordem material da vida social que articulam o simbólico e o material, procurando evidenciar a transversalidade da cultura na contemporaneidade.

O aprofundamento dessa discussão requer alternativas de estudo para compreender como essa relação se estabelece na ordem prática. As próprias iniciativas de governos de diversas instâncias fomentam pesquisas na área. Recorre-se, por exemplo, aos editais do governo federal para apoio à pesquisa em economia da cultura e criativa. Esses apoios, de maneira geral, buscam apontar respostas para temáticas como, o papel da cultura no desenvolvimento econômico, a formação de arranjos produtivos da cultura, a convergência da cultura com outras políticas culturais, a qualificação dos segmentos culturais etc.

É nessa conjuntura que se estabelece a proposta deste estudo: a compreensão entre política e economia no campo da cultura. Assim, apresenta-se uma proposta de estudo das despesas públicas como base de articulação e fomento à economia da cultura em determinado território, neste caso um município. A premissa norteadora está em estabelecer alguns entendimentos sobre a alocação de recursos públicos e a economia da cultura. Desta forma intenta-se estabelecer uma compreensão em torno das relações com a oferta do mercado privado e o consumo público cultural; levantar alguns traços da organização material de determinado campo artístico; e perceber o efeito propulsor ou de alavancagem do uso dos recursos públicos sobre as coletividades territoriais. Usa-se, para tanto, as informações contidas no “Controle Social” do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. O banco de dados fornece informações *on-line* da execução de despesas efetuadas pelos poderes e/ou órgãos da esfera municipal. A análise direta dos gastos e o uso de outros dispositivos *on-line* permitem construir uma série de variáveis, tais como a natureza do

credor (física ou jurídica), a localização (dentro ou fora do município), o tipo de produto (bens ou serviços), o tipo de atividade (indústria, comércio, serviços), o domínio cultural do gasto (patrimônio, música, artes etc.), dentre outros.

Destarte, inicialmente far-se-á uma breve contextualização estabelecida entre política e economia dentro do setor cultural. Por fim, de forma elucidativa, apresenta-se o uso dessas informações coligidas do município de São Borja, Rio Grande do Sul, com o objetivo de demonstrar como esse recurso pode ser utilizado na compreensão da relação entre política e economia na cultura.

Política e economia da cultura

Antônio Firmino da Costa (1997) expõe as possíveis configurações que as políticas culturais podem tomar de acordo com o foco realizado, especialmente quando se considera os espaços sociais de afirmação cultural (erudita; indústria cultural; “subculturas” dominadas e emergentes; a dos espaços coletivos – festas urbanas, por exemplo; e a dos espaços domésticos – como as práticas receptoras), cruzado com os diversos modos de relação com as formas e práticas culturais (criação cultural; expressão cultural; participação; e recepção). Assim, é possível visualizar políticas nos vetores estruturantes, como a preservação, difusão, educação, democratização, ou com ênfase nos agentes culturais que constituem determinada produção cultural.

No contexto latino-americano, Néstor García Canclini (1987) entende as políticas culturais como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados. Na mesma linha de pensamento Brunner (1987, p. 178) entende que as políticas culturais possuem como terreno e objetivo “*la combinación típica de agentes y de instancias institucionales de organización*” que formarão a matriz básica dos circuitos culturais. Ou seja, as políticas culturais atuam nos circuitos culturais, sendo que tais circuitos combinam uma série de agentes e instâncias institucionais que abarcam e estão contidas nas diferentes fases de produção, circulação e consumo de formas e práticas culturais.

Para os objetivos desse estudo é preciso ter em conta a associação com os circuitos culturais e a relação com o Estado. Ou seja, os circuitos seriam os resultados estabelecidos dentro de um conjunto específico de práticas culturais, como o patrimônio, o artesanato etc. e as instituições que estruturam essa prática. Dentro da tríade produção, circulação e consumo, as práticas do mercado responderia pela instância de organização, regulação e controle do consumo. Já os mecanismos institucionais da administração pública, na visão de Brunner, estariam direcionados à produção, circulação e/ou distribuição. Assim, as políticas culturais seriam intervenções realizadas em parte ou em todos os momentos da produção cultural.

Nesse ínterim, a conexão com a economia deve ser compreendida em todo o processo de produção cultural, pois esta produção é, simultaneamente, material e simbólica (THOMPSON, 1995; CANCLINI, 2005). Ou seja, em algum momento do processo, incluído a criação, haverá processos de troca que não serão simplesmente simbólicos. Trata-se, por exemplo, daquilo que Canclini (1979, p. 57) denominou de “organização material do campo artístico”: os meios de produção (materiais, procedimentos, produtos, serviços auxiliares etc.) e as relações de produção estabelecidas com o público, as instituições do Estado e do mercado, os críticos etc. Já no que diz respeito ao consumo a relação com os circuitos de produção cultural estariam associados com o desenvolvimento do capitalismo. Thompson (1995) destaca que foram criados meios técnicos e um conjunto de instituições orientadas para a acumulação que possibilitaram a produção, reprodução e circulação das formas simbólicas numa escala antes inimaginável. Essas circunstâncias sócio-históricas permeiam todas as sociedades em diferentes proporções e determinações – política e econômica, por exemplo. A economia, agora voltada à cultura, segundo Reis (2007, p. 06), “refere-se ao uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural”. A associação entre produção cultural e economia é pautada por:

Modos análogos de formação da demanda, desigualdades de públicos que seguem as linhas divisórias traçadas por outras desigualdades sociais e, no outro extremo do processo, no início da cadeia de produção dos bens culturais, o trabalho de um criador, elemento central da formação de valor. (BENHAMOU, 2007, p. 19).

A produção de bens culturais é marcado por uma relação dual (REIS, 2007). Trata-se de entender que os produtos e serviços culturais são mensagens simbólicas, com valores cognitivos produzidos e/ou recebidos pelos indivíduos; e que são trocadas em um mercado, com uma representatividade econômica. Ou seja, se estabelecem relações diferenciadas com relação aos valores econômicos (de uso e de troca) e os valores culturais (estético, social, histórico, espiritual) (REIS, 2007, p. 21). É neste ponto que é importante compreender que troca e valor possuem alguns argumentos estabelecidos dentro da relação entre política e economia na cultura.

Um exaustivo estudo realizado pelo governo de Portugal em 2010 para compreender a configuração do setor cultural e criativo no cenário econômico serve de referência para entender esses elementos. Segundo o estudo, é possível estabelecer seis “falhas de mercado” dentro das características materiais/simbólicas dos bens e serviços culturais. A primeira característica sugere que alguns bens respondem por aspectos estritamente simbólicos que não podem ser trocados (transacionados). Assim, os mecanismos de mercado não conseguem estabelecer, ajustar, o acesso do “cidadãos-consumidores”. A segunda diz respeito ao caráter temporal, ciclo de vida, dos produtos culturais e das próprias experiências dos consumidores. O terceiro aspecto estaria nas possíveis barreiras estabelecidas pela propriedade intelectual, os direitos autorais. A quarta corresponde às dificuldades em separar a relação material/simbólico de determinadas produções culturais. A arquitetura é um exemplo de produção que se estabelece de forma conjunta (funcional e cultural). A quinta característica está na condição de algumas produções culturais dependerem da captação de públicos de mercados exteriores. Ou seja, determinados domínios culturais são dependentes da circulação do consumidor,

não do bem ou serviço cultural. Por fim, a sexta está associada ao poder do consumidor, especialmente por este poder ser diminuído ou distorcido pelas questões de despesa e de orientação das escolhas (ação de críticos, avaliadores etc.). Desta forma,

[...] as principais características específicas dos bens e serviços culturais [...] colocam desafios, igualmente específicos, nos processos de formação de equilíbrios entre oferta(s) e procura(s), de afectação de recursos, de coordenação institucional e formulação de políticas públicas, isto é, de regulação dos mercados, de forma a garantir a satisfação em quantidade e qualidade das necessidades culturais das populações. (AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, 2010, p. 15).

Nessa conjuntura as práticas do Estado na cultura podem ser vistas como ações intervencionistas em diferentes domínios culturais cujo objetivo é reparar determinadas falhas ao longo do processo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais. Ao propor ações nos circuitos culturais o Estado, além de buscar a resolução dessas “falhas”, realiza um mecanismo de fomento econômico através das “alocações de recursos dirigidos.” (TOLILA, 2007, p. 71). Ou seja, trata-se do orçamento cultural que se materializa com o gasto público no setor, gerando em última instância emprego e renda. Paul Tolila elenca uma série de aspectos que situam a cultura (despesa pública no setor) e sua contribuição à economia:

- A cultura gera consequências positivas para a economia e o desenvolvimento local. A justificativa está associada ao que a instituição disponibilizará em termos de impacto direto sobre suas despesas e os salários que distribui. “A economia local recolhe em geral uma parte muito importante desse total.” (TOLILA, 2007, p. 76).
- Estabelece relações com a oferta privada e o consumo do mercado da cultura. Nesse aspecto importa destacar os bens e serviços que não são culturais, mas que são fundamentais à produção cultural, tal como a prestação de serviços (sonorização, segurança, alimentação etc.).
- Exerce um efeito de alavanca sobre as coletividades territoriais. Tolila (2007) destaca o efeito de deslocamento dos gastos públicos, mobilizando organizações de diferentes coletividades territoriais

(outros municípios, regiões, estados).

Nota-se que a relação entre gastos públicos, enquanto materialização de uma política do setor, e a economia possuem conexões diretas e intensas em termos de articulação e efeitos. Sentencia Tolila que a compreensão dessa abordagem terá uma contribuição determinante para o valor e a condição do debate democrático sobre a cultura.

Constituindo um dos pilares fundamentais em torno dos quais vai girar a reflexão dos parlamentares, das autoridades, dos artistas e dos cidadãos, elas representam uma base fundamental para formular questões essenciais para a aprovação e a implementação do esforço público no setor cultural: essa questão, central na luta democrática pelos recursos públicos, fundamental para o desenvolvimento contínuo de políticas culturais, é a da **eficácia do gasto com a cultura**. (TOLILA, 2007, p. 75, grifos nossos).

Os dados do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul

Existem inúmeros instrumentos legais de fiscalização das despesas públicas, especialmente as municipais. Com a informatização dos processos o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) criou um sistema de “Controle Social” das despesas realizadas pelos municípios gaúchos, oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC). O *site* do Tribunal oferece acesso livre às despesas (e receitas) dos municípios através dos empenhos, liquidados e/ou pagos pelas prefeituras por ano de exercício orçamentário.

O sistema possibilita verificar o órgão (as unidades, as funções, as subfunções, projetos, atividades e recursos vinculados a outras instâncias de governo), o credor (com o número do Cadastro de Pessoa física – CPF – ou jurídica – CNPJ), a rubrica (de acordo com o que foi estipulado no orçamento do município) e a função (como saúde, educação, transporte etc.). Para entender os gastos públicos na cultura é possível optar por escolher o “órgão” da prefeitura municipal responsável pelas atividades do setor. Isso pode variar de

acordo com a estrutura institucional. Há prefeituras que possuem a cultura como uma unidade independente, Secretaria Municipal de Cultura, outras estão vinculadas à educação ou ao turismo e eventos.

Ao escolher um ano de execução orçamentária é possível visualizar todos os empenhos realizados pela prefeitura. Os dados dispõem do número do empenho, tipo (empenho, liquidação ou pagamento), credor, data, valor e histórico. Na descrição do histórico a prefeitura informa o motivo da realização da despesa, tal como o exemplo: “Valor que se empenha para pagamento referente a locação de sala na Avenida Presidente Vargas, nº 2095, para Exposição dos Trabalhos de conclusão da Oficina de Pintura.” (TRIBUNAL DE CONTAS..., 2013). Nota-se que nessa descrição há referência ao produto ou serviço (locação) e ao domínio cultural (Artes visuais, como a pintura).

Já ao consultar o *link* “credor” há uma lista dos credores do ano escolhido. O sistema apresenta o número do cadastro como pessoa física ou jurídica e ainda informa se o empenho foi liquidado e, finalmente, pago ao credor. Neste tópico, por exemplo, é possível associar tais informações na formação de estruturas montantes e jusantes à produção cultural.

Por fim, os dados disponíveis ainda possibilitam verificar, para os casos referentes à pessoa jurídica, qual a atividade principal e o local (município) do credor. Para consultar essas informações é preciso acessar o *site* da Receita Federal do Brasil e buscar pelo serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”. Um serviço de domínio público que requer somente o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível pelo Sistema do TCE.

Assim, para a relação entre política e economia da cultura as informações disponíveis e o cruzamento destas oferece uma gama razoável de dados públicos sobre as despesas em cultura sintetizados na tabela 1.

Tabela 1 – Informações públicas para a pesquisa em cultura (TCE e Receita Federal)

Item	Dados diretos		Dados indiretos
	Tribunal de Contas	Receita Federal	
Credor	- Pessoa jurídica - Pessoa física	- Atividade principal - Município	-
Valor	- R\$	-	-
Histórico	- Descrição despesa	-	- Bens ou serviços - Domínio cultural

Fonte: elaboração dos autores.

A seguir apresentam-se os dados coligidos do município de São Borja, Rio Grande do Sul, que estão contidos na pesquisa sobre a região das missões do Rio Grande do Sul no que tange às despesas públicas em cultura. Tal apresentação tem a pretensão de elucidar a proposta de análise dos dados, portanto não realizará uma discussão mais densa sobre o seu conteúdo, ficando apenas como apontamentos iniciais.

Uma análise das despesas públicas na cultura

Para analisar as despesas públicas na cultura no município de São Borja foram considerados quatro aspectos. Primeiro, optou-se por reunir os dados do ano de 2011. Isso se deve ao fato de 2011 ser o terceiro ano da administração anterior. A escolha intencional está ligada a dois pontos: o quarto ano entra num período eleitoral que encontra determinadas restrições legais e pode apresentar certos “desvios” administrativos; a média dos três primeiros anos é o limite para os gastos do quarto ano (eleitoral). Assim, parte-se do princípio de que o terceiro ano é o ápice dos gastos públicos, conseqüentemente, o período de “grande fomento econômico”.

A segunda situação está na estrutura administrativa. Em 2011 o principal órgão gestor da cultura é a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Eventos. No entanto, as atividades vinculadas ao grande

número de domínios culturais também estavam ligadas à Secretaria de Educação. Assim, para corrigir essa divisão optou-se por analisar os empenhos pagos pelos dois órgãos municipais.

O terceiro aspecto refere-se à escolha dos empenhos com o seu propósito, pois foram selecionados apenas as despesas que se referem às ações finalísticas. Ou seja, optou-se por coligir os dados que resultassem em intervenções diretas aos munícipes. Gastos de manutenção, folha de pagamento, tributos, entre outros, foram eliminados da análise.

Por fim, utilizou-se a categorização da Unesco para os domínios culturais centrais. Desse modo, os empenhos selecionados foram separados de acordo com seis domínios e suas subdivisões, apresentados a seguir.

Quadro 1 – Domínios culturais Unesco

Domínios Culturais					
Patrimônio Cultural e Natural	Apresentações artísticas e celebrações	Artes visuais e artesanato	Livros e produtos impresso	Meios audiovisuais e interativos	Desenho e serviços criativos
- Museus - Sítios arqueológicos - Paisagens culturais - Patrimônio natural	- Artes cênicas - Música - Festivais, festividades e feiras	- Belas artes - Fotografia - Artesanato	- Livros - Jornais e revistas - Outros materiais impressos e digitais - Bibliotecas - Feiras de Livro	- Filmes e vídeos - Rádio e televisão - Arquivos sonoros na internet e jogos virtuais	- Moda - Desenho gráfico - Desenho interior - Paisagismo - Serviços arquitetura - Serviços publicidade
Patrimônio Imaterial – manifesto em todos os domínios culturais – (tradições e expressões orais, rituais, línguas, práticas sociais)					

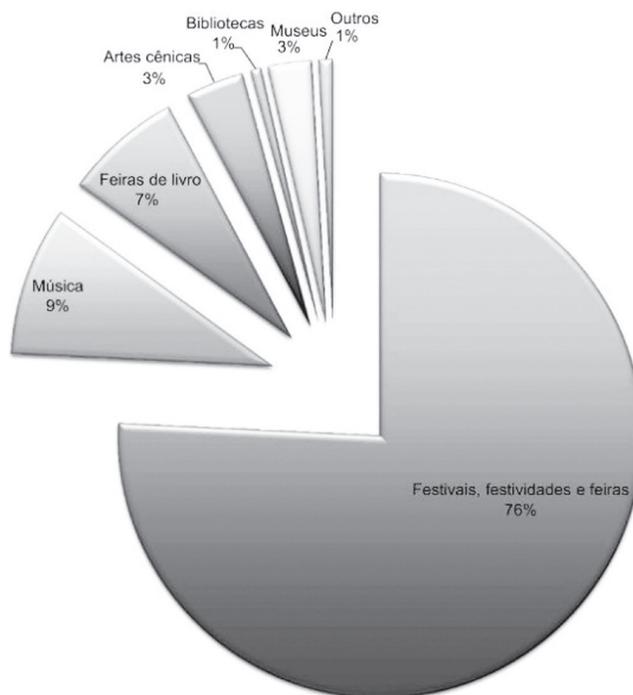
Fonte: Unesco (2009, p. 24), com adaptações.

Assim, para o ano de 2011 os primeiros resultados analisados foram os núcleos centrais dos domínios culturais. Ao sistematizar os empenhos pagos pela prefeitura, dentro de um montante de R\$ 461.071,28, foi possível visualizar que o domínio das “Apresentações artísticas e celebrações” cobriu 67% do número total de empenhos realizados, atingindo em torno de 88% do valor empenhado.

Outros dois domínios apresentam percentuais expressivos, “livros e produtos impressos”, com 19% do total de empenhos e 8% do valor, e “patrimônio cultural e natural”, com 9% e 3%, respectivamente. O restante dos empenhos e dos valores gastos foram destinados às “artes visuais e artesanato”, “desenhos e serviços criativos” e “meios audiovisuais e interativos”.

No entanto, a partir da descrição apresentada pela prefeitura para cada empenho há a possibilidade de efetuar o levantamento dos domínios específicos de despesa. Ou seja, dentro das “apresentações artísticas e celebrações” é possível verificar se são os “festivais e festividades” ou a “música” o segmento cultural mais fomentado pela política cultural em termos do recursos empenhado. O gráfico a seguir procura elucidar todos os subdomínios que tiverem despesas municipais.

Gráfico 1 – Percentual de despesas municipais e subdomínios culturais, São Borja (2011)



Fonte: Tribunal de Contas... (2013), com adaptações.

Os empenhos pagos apresentam uma forte ênfase na produção cultural oriunda de festivais, festividades e feiras em 2011. A interpretação dessa “concentração” de recursos públicos nesse subdomínio destaca uma economia da cultura particular e direcionada a eventos como o Festival de Música Carnavalescas, Festival da Barranca (rio Uruguai), Carnaval de rua, Feira de agronegócios etc. Previamente notam-se “consequências positivas” para a economia e o desenvolvimento local e se estabelecem relações com a oferta privada e o consumo do mercado da cultura, tal como sugere Paul Tolila. Importa frisar que, num total de R\$ 461.071,28 em recursos públicos destinados à cultura, foram alocados para os “festivais, festividades e feiras” o valor de R\$ 348.877,00. Deste montante notam-se que 18,89% estavam na aquisição de bens materiais, 40,69% na contratação de serviços e 40,42% no apoio ou subvenção a atividades e instituições relacionadas ao subdomínio. Números que são representativos para exemplificar a relação oferta privada e consumo do mercado cultural. No entanto, para além dessa quantificação da economia e política da cultura sobre a relação oferta/demanda, os dados coligidos podem ser direcionados para uma caracterização da organização material do campo artístico (CANCLINI, 1979). O acesso aos dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) permite o levantamento da atividade principal do credor. Assim, visualiza-se uma disposição de dezoito atividades ligadas a diferentes empresas que estão associadas com a alocação dos recursos dirigidos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 – Percentual de atividades principais de Pessoa Jurídica no subdomínio “festivais, festividades e feiras”, São Borja, 2011

ATIVIDADE PRINCIPAL	%
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas	25,80
Atividades de sonorização e de iluminação	24,56
Atividades de organizações sindicais	23,00
Comércio varejista de outros produtos não especificados	4,98
Atividades de vigilância e segurança privada	3,11
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	2,86

Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	2,86
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,70
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	2,15
Ensino de música	2,00
Impressão de material, fotocópias	1,64
Comércio varejista de bebidas	0,46
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo	0,64
Comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	2,42
Hotéis	0,35
Restaurantes e similares	0,31
Comércio varejista de plantas e flores naturais	0,10
Fabricação de produtos de padaria e confeitaria	0,06
Total	100,00

Fonte: Tribunal de Contas... ([s.d.]) e Receita Federal do Brasil ([s.d.]), com adaptações.

A caracterização dessas atividades permite um ordenamento e compreensão da organização material do consumo cultural em relação com a oferta privada. É possível visualizar uma cadeia produtiva em torno dos festivais e feiras. De forma sintética pode-se dizer que a alocação de recursos públicos dirigidos implica em três segmentos ou setores:

- Nuclear: aquelas atividades que estão diretamente ligadas ao domínio ou subdomínio cultural. São atividades especializadas que estruturam determinado campo cultural. Para o subdomínio das “Festividades” nota-se em São Borja uma estimativa de mais de 53% em recursos alocados nesse segmento, tais como artes cênicas, música, espetáculos, organização de feiras, congressos, exposições e festas (incluiu-se neste item as “Atividades de organizações sindicais” por se tratar de transferência de recursos a entidades sociais que realizam diretamente a produção de festividades, festivais e feiras).
- Relacionado: aquelas atividades que fornecem bens e serviços diretamente ao eixo nuclear. Percebe-se em São Borja que estas atividades relacionadas para o referido subdomínio tem um

percentual de alocação de recursos de 31%. Serviços de sonorização, iluminação e segurança privada, além da aquisição de bens como CDs e DVDs estão inclusos nesse segmento.

- Apoio: aquelas atividades auxiliares à realização da produção cultural, são ofertantes de bens e serviços indiretos. No caso em estudo menciona-se serviços de transporte, impressão, hotelaria e alimentação; assim como a aquisição de bens tais como papelaria, vestuário, equipamentos eletrônicos etc. Percentualmente essas atividades correspondem a dezesseis pontos (16%).

O uso de tais informações e seu estudo comprovam que o mercado da cultura, por vezes e neste caso explicitamente fomentado pela ação do Estado, mobiliza um conjunto de atividades configuradas numa escala de especialização dentro da oferta privada de bens e serviços. Neste ponto recai o último exemplo da utilização dos dados do TCE para os estudos em política e economia da cultura. Ao correlacionar credor, município de origem e alocações de recursos a análise vai ao encontro da perspectiva na qual a economia da cultura tem efeito de alavancagem sobre as coletividades territoriais (TOLILA, 2007). Trata-se de buscar compreender que os gastos públicos produzem efeitos de deslocamento em diferentes escalas espaciais, como outros municípios e regiões. Assim, a tabela abaixo procura sistematizar uma forma de análise possível.

Tabela 2 – Percentuais de credores (município de origem) e de gastos públicos em cultura, São Borja (2011)

Municípios	Credor	Despesas
São Borja	76,52%	46,09%
Santa Maria	5,30%	7,38%
Porto Alegre	5,30%	3,81%
Portão	0,76%	13,04%
Iraí	0,76%	20,91%
Outros	11,36%	8,78%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Tribunal de Contas... ([s.d.]) e Receita Federal do Brasil ([s.d.]), com adaptações.

Especificamente para o município de São Borja constata-se uma grande ação endógena no que se refere ao número de credores, 76,52%. No entanto, a alocação de recursos sofre uma alteração percentual significativa, 46,09%. Ora, o que se estabelece é uma variação por conta do tipo de atividade, bens e serviços adquiridos: para cada empresa de fora do município há três de São Borja que tiveram recursos alocados; no entanto, na relação com as atividades especializadas (setores nucleares) há para cada empresa de fora uma de São Borja. As atividades nucleares da cultura são recursivamente encontradas fora do município em tela. Esta constatação remete aos elementos apontados como falhas do mercado. Neste ponto percebe-se que as “alocações de recursos dirigidos” variam diretamente em termos de oferta e demanda de atividades especializadas para o município de São Borja. Infere-se que o mercado cultural de São Borja não possui uma estrutura, especialmente financeira, que viabilize uma configuração material da produção cultural no município.

No entanto, vale frisar que se os dados apontam falhas para uma configuração endógena da economia da cultura, eles também destacam e comprovam que este setor realmente cria um efeito propulsor sobre as coletividades territoriais. A possibilidade de contar com bens e serviços com significativa capacidade de deslocamento no espaço viabiliza a produção cultural e cria uma cadeia produtiva com elos que realocam os recursos públicos em outros municípios, regiões e estados. Para São Borja 23,48% dos credores externos ao município ficaram com 53,91% dos recursos financeiros gastos em cultura no ano de 2011. Não se nega, portanto, o efeito de alavancagem territorial da cultura em termos econômicos.

Considerações finais

A transversalidade da cultura não é tema novo nos estudos sociais. No entanto, parece-nos que o estudo das possibilidades de se compreender essa transversalidade seja. No que concerne à política e economia na cultura é evidente a preocupação de relacionar os aspectos simbólicos e materiais que vão dimensionar a produção

cultural. Não se pode negar o objetivo de mensurar esses aspectos tanto na política quanto na economia. O uso das informações sobre as despesas municipais pode ser uma alternativa de pesquisa que articula as intervenções públicas com a troca e valoração dos bens e serviços da produção cultural, especialmente no limite territorial do município e sua relação com as demais escalas.

O que se buscou elucidar é uma série de variáveis e a possibilidade de cruzamento e interpretação. Acredita-se que o levantamento da natureza do credor, sua atividade principal e município de origem, assim como os valores das despesas municipais, a descrição do domínio e a separação em bens e serviços possam gerar uma interpretação mais objetiva da produção cultural, mesmo que restrita aos momentos de produção e circulação/distribuição e não diretamente ao do consumo. Contudo, nota-se, mesmo assim, que, ao evidenciar tais momentos a partir dos empenhos municipais, pode ser estabelecido um norteamento para a compreensão e análise detalhada dos processos de consumo, uma vez que são esclarecidos os principais nichos de atuação da instância municipal.

A alocação de recursos públicos na cultura se comprova, assim, como uma ação prática que age diretamente na oferta de bens e serviços privados; estabelece uma organização material do setor cultural em atividades nucleares, relacionadas e de apoio; e tem efeito de alavancagem sobre o conjunto de empresas e instituições que estão além do município de origem destes recursos. Assim, a apresentação dos gastos públicos do município de São Borja, como materialização de uma política cultural, evidencia que as conexões em termos de efeitos sobre a economia serão mais diretas e intensas, endógenas e exógenas, conforme for o potencial do mercado da cultura. Vale reafirmar, nesse caso, que este mercado tem grande dose de fomento do Estado.

Por fim, digam-se, tais considerações não representam o fechamento de uma ideia ou compreensão. Com efeito, procuram contribuir para o debate sobre a cultura dentro de uma perspectiva transversal que pressupõe, tal como sugere Canclini, uma articulação material e simbólica no campo da produção cultural. Este é o

pressuposto da pesquisa em andamento.

Notas

* Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas (UFSM, 2002), mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC, 2009), doutorando em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor assistente do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja.
** Geógrafo (UNIFRA, 2011), mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC, 2013), doutorando em Geografia (UFPE).

Referências

AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS. **O sector cultural e criativo em Portugal**. Lisboa: Estudo para o Ministério da Cultura, 2010. (Relatório Final).

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BRUNNER, José Joaquín. **La cultura como objeto de políticas**. Santiago: FLACSO, 1985.

_____. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. In: CANCLINI, Néstor García (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1987. 175-203 p.

CANCLINI, Néstor García. **A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Diferente, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, António Firmino da. Políticas Culturais: conceitos e perspectivas. **OBS – revista do Observatório das Actividades Culturais**. Lisboa, n. 02, p. 01-06, out., 1997.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Ufrgs/Faced, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: ADORNO, Theodor et al. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 169-214 p.

RAUSELL KÖSTER, Pau. **Cultura: Estrategia para el desarrollo local**. Madrid: AECID - Universitat de Valencia - Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local, 2007.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Controle social**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1995.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Recebido em 01 de julho de 2013.
Aprovado em 29 de agosto de 2013.

Abstract

Nowadays the transversality of culture has suggested a recursive view that pervades social, economical and political aspects, that relate symbolic and material elements from social life. What concerns to the economical and political factors, it is necessary to highlight the emphasis to the knowledge as territory vector. In the research field there is a growing demand in finding answers to this transversality that involves cultural production. This way, the proposal of this study is to discuss about the alternatives of analysis on politics and economy in the cultural area. From the public municipal expenses opened by the Court of Auditors of The Rio Grande do Sul State, it is elucidated a possible methodology of study of the relation between public policies and economy in culture. Conclusively, it is exposed a series of variables, such as the creditor origin, the kind of product (goods or services), the expense cultural domain (music, arts). Through these information gathered in the municipality of São Borja, it is showed that these information can be used in the comprehension of the cultural production

Keywords: Cultural production. Municipalities. Cultural domains.